

Mulheres no sindicalismo rural – reconfigurando a política

Maria Dolores de Brito Mota

Resumo: A inserção das mulheres trabalhadoras rurais no sindicalismo rural brasileiro revela-se por diferentes marcas pelas quais estampam a sua presença neste espaço político e reportam aspectos de um fazer política que comumente é nomeado como diverso ou específico do movimento de mulheres. Essas marcas sinalizam os lugares onde se verifica a inclusão do feminino no campo da política sindical rural. Esse estudo se baseou numa pesquisa documental, que considerou material produzido no âmbito do movimento sindical rural do estado do Ceará e de entrevistas com duas mulheres, integrantes de diretorias sindicais. A experiência política das trabalhadoras rurais no sindicalismo cearense se revela na nomeação do movimento sindical rural como “movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais”, instituindo uma fala *com* e *para* as mulheres, na inserção de uma mística na militância, na adoção de cotas e na expressão de elementos da subjetividade feminina e da vida privada no fazer político. Assim, a participação política das mulheres requer o deslocamento da legitimidade, uma reconfiguração dos espaços e uma nova sensibilidade pública.

Palavras – chave: mulheres trabalhadoras rurais, sindicalismo, gênero.

Sindicalismo e gênero

O sindicalismo é um espaço que foi historicamente instituído como masculino e excludente, no sentido considerado por Castro (1995), de uma “relativa exclusão das mulheres de certas ‘tecnologias de poder’”. Essa exclusão é utilizada para afirmar uma falta de prática política das mulheres — crença que comumente justifica a ausência ou a reduzida presença de mulheres nos cargos de direção sindical ou política. Essa exclusão torna-se um dos mecanismos políticos que dificultam a inclusão das mulheres em cargos de direção que envolvam poder de decisão e de representação incorporação e a incorporação das experiências femininas e suas reivindicações específicas pelo conjunto do movimento sindical.

As questões levantadas pelas mulheres no sindicalismo, suas lutas, são comumente encaradas como “coisas de mulher”, “lutas das mulheres” — e não se tornam parte constitutiva e referência para o movimento político como um todo. As próprias mulheres internalizam esse entendimento e vivenciam, de modo muitas vezes consciente, esse problema.

“... a preocupação que a gente tem quando assume uma secretaria específica, por exemplo, de Mulheres ou então de Política Agrária, Finanças ou Previdência Social, é a gente não esquecer que a gente tá representando as mulheres, não se isolar no seu tema, na sua secretaria específica, porque muitas vezes, acontece isso demais.”

(G.D., diretora da Fetraece)

Essa fala revela uma dupla armadilha para as sindicalistas: ou se envolvem com as questões gerais pautadas no movimento ou se restringem aos espaços específicos. Mas, a realidade da instalação de um sujeito político feminino no campo do sindicalismo significa mecanismos de inclusão de formas de experiências femininas (outras) que introduzem elementos diferenciais permitindo que se fale de “algo novo” — ou mesmo de mudança ou reinvenção da política? Tratar sobre essas possibilidades como efeitos da presença das mulheres trabalhadoras rurais requer muito cuidado, no sentido de buscar a significação de expressões inclusivas do feminino nesse universo. Mas é possível contemplar e indagar sobre os pontos em que tal inclusão tem se tornado possível — ou como ela se faz possível. São nesses pontos que se tecem a experiência feminina e sua prática política. Nesse sentido, pode se considerar alguns desses pontos na experiência política das trabalhadoras rurais — dentro do campo do sindicalismo cearense — que revelam esses entrelaces. Destacam-se especialmente a própria nomeação do movimento sindical rural como “movimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais”, a prática de uma forte mística durante os eventos, a adoção de cotas e a expressão de elementos da subjetividade e da vida privada. A intenção é pontuar esses aspectos que exprimem a inclusão das mulheres trabalhadoras rurais no espaço sindical ou suas conexões.

Deslocando a legitimidade no sindicalismo rural.

O ano de 1995 pode ser tomado como marco para o reconhecimento da inclusão feminina no sindicalismo rural, quando as mulheres, “sistemática e organizadamente (procederam) a ocupação dos espaços nas instâncias de decisão do Movimento Sindical — não apenas enquanto dirigentes sindicais, mas enquanto mulheres comprometidas com as bandeiras específicas das mulheres”¹. Desde aquele ano, as Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs, vêm de diferentes modos assumindo a presença e a integração das mulheres.

¹ Relatório da reunião da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG - CNMTR, Brasília, agosto de 19967.

Essa inserção oficial do feminino, oferece alguns elementos que mostram uma trajetória crescente. Nesse sentido, a auto nomeação do movimento tem incluído o nome de *trabalhadoras* ao lado de *trabalhadores*, autodenominando-se como movimento de *trabalhadores e trabalhadoras rurais*. É possível também, nos discursos oficiais desse movimento, a existência de uma fala para as mulheres — ou da instalação das mulheres na sua fala político-pública.

No Ceará, o Congresso da Federação Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Ceará - FETRAECE, ocorrido em de 1998 denominou-se como “*III Congresso Estadual de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais*”. Essa ocorrência tem se generalizado pelo movimento sindical dos trabalhadores/as rurais-MSTR, em suas várias instâncias. No *III Congresso*, na disputa pela direção que envolvia duas chapas, a reivindicação de um compromisso com o movimento das mulheres foi um dos componentes da apresentação na luta pela representação legítima da categoria. Cada uma das chapas, ao fazer a sua defesa, reivindicava ser representante e ter compromisso com a organização e as lutas das mulheres trabalhadoras rurais. Buscavam apresentar-se como a expressão mais autêntica desse grupo — que significava 43% do total de delegados naquele *Congresso*.

Desde o Congresso Nacional de 1998 da CONTAG², a FETRAECE sinalizou expressões de incorporação das mulheres. No entanto, é necessário não se perder de vista a atitude de apreender “a lógica específica do mundo social, essa realidade que é o lugar de uma luta permanente para definir a ‘realidade’”(BOURDIEU, 1989, p.118). Assim, a objetivação da inclusão do feminino não ocorre senão em meio a lutas — até porque numericamente o apoio das mulheres significa conquistar uma maioria e o poder de direção política do conjunto da categoria.

No jornal da FETRAECE sobre o *Grito da Terra*, de maio de 2000, a descrição sobre a sua realização referia-se a que “mais de 10.000 trabalhadores e trabalhadoras rurais de todo o Brasil realizam manifestação em Brasília e conquistam importantes reivindicações para a categoria. Foram 16 as reivindicações negociadas com o governo federal, apenas uma se referia à especificidade das mulheres”.

É possível observamos um deslocamento das mulheres no espaço do sindicalismo que as inclui e exclui, incorporando-as, mas mantendo-as na sua especificidade — uma vez que as lutas que assumem são “as lutas das mulheres”, suas lutas por maior acesso aos benefícios previdenciários e aos direitos trabalhistas, e contra a fome, a pobreza e a violência sexista” (Trabalhador Rural. Boletim Especial, ano IV, fevereiro de 20001,

² Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura

CONTAG). As mulheres somam-se à luta mais geral e a fortalecem, fundamentando uma legitimidade. Mas estão mantidas numa diferença da qual o conjunto do movimento sindical rural não se apossou. Na *Marcha das Margaridas*, muitos homens estiveram presentes. Lideranças. Há que se perguntar se isso não reproduz o que Castro (1995) identificou no sindicato dos bancários de Salvador e descreveu como “um novo mim”, no sentido de que as experiências das mulheres “podem ser toleradas ou apreciadas, mas não são compartilhadas como acervo de referência a (re)modelar parâmetros do grupo. Elas não são ‘experiências compartilhadas’ constituintes de uma cultura comum” (p.31).

O que se impõe é a formulação de uma legitimidade assentada na inclusão das mulheres e que precisa ser buscada na construção de uma fala capaz de convencer sobre um compromisso efetivo com as mulheres, com propostas para elas. Assim, a apresentação formal inclui trabalhadoras e trabalhadores rurais, tais como: aposentados e aposentadas, assalariados e de assalariadas. Existem as lutas que são gerais, de homens e mulheres, e as lutas das mulheres, que o movimento em geral apóia e se compromete. Podemos compreender processos que remetem a uma participação presencial (nos eventos, mobilizações, nos cargos) e uma participação simbólica das mulheres (nas falas). Não apenas falam das mulheres, mas falam *para* elas — como condição de conferir-se aptidão para ser uma direção política ou para ter a legitimidade de ser ou estar na direção das entidades.

Na última eleição da CONTAG, realizada no Congresso de março-2000, a chapa vencedora elaborou uma plataforma eleitoral que trazia em sua capa fotos e manchetes sobre os dois maiores eventos que expressavam a força do movimento sindical rural brasileiro: o *Grito da Terra* e a *Marcha das Margaridas*. Esta chapa era formada majoritariamente pela força política que era hegemônica na gestão anterior e que promovera estas manifestações. Lançar mão delas significava afirmar a sua capacidade e seu compromisso em realizar grandes mobilizações — que classificavam como as “duas maiores manifestações da história do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais”...

Certamente, os processos de legitimação das direções políticas do sindicalismo rural contam com um elemento novo, que é obter reconhecimento de estar empenhado na mobilização e na conquista de direitos femininos. Mesmo não sendo um número significativamente grande como presença física nos cargos de direção das entidades sindicais, as mulheres trabalhadoras rurais estão presentes simbolicamente nos discursos e na ação oficial através de suas propostas e como integrantes dos eventos. Essa inclusão do

feminino como elemento de legitimação alarga o espectro do fazer político no campo que é demarcado pelo sindicalismo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil.

A Mística na política.

Uma reunião, um encontro, uma oficina, uma manifestação pública de mulheres trabalhadoras rurais não acontece de modo simples. Há sempre uma preparação, um cuidado que não se resume a uma convocação formal, seja oral ou escrita.

Na cartilha “Dicas para um trabalho com mulheres rurais com abordagem de gênero”, do Esplar, são dadas recomendações para preparar atividade com mulheres. Entre estas, destacamos:

- “Que tipo de atividade deverá ser realizada: identificar qual/quais a/as necessidade/s do grupo.
- Quem prepara a atividade: definir os responsáveis diretos pelo trabalho e os apoios.
- Como preparar: a) fazer comunicado chamando para o evento. Nesse comunicado deve ser dito: quem está convidando; para que o convite; quem está sendo convidado; a data do evento, o local, quem assume as despesas com o deslocamento e alimentação; b) cuidar da infra-estrutura: local de acesso, arejado, limpo, com equipamentos necessários ao bom desempenho da atividade (é interessante que se faça uma visita ao local antes do evento para verificar se está tudo em ordem); c) o material de apoio: usar o material mais adequado para cada evento”.

Essas recomendações vão compondo uma prática, um jeito de fazer que envolve diversas tarefas e compromissos que conferem densidade e co-responsabilidade aos eventos realizados.

Em outra cartilha, elaborada pela ANMTR, dirigida para a viabilização da “Mobilização Nacional de Mulheres Trabalhadoras Ruais-2001”, na qual estão descritos modelos de quatro encontros para mobilizar e conscientizar a “mulherada “para os acampamentos do dia 8 de Março, dia Internacional da Mulher”, está expressa como função da coordenadora dos encontros:

“... marcar o dia, horário e local dos encontros, convidar as mulheres para participar dos encontros, participar de encontros e reuniões municipais para garantir que o grupo esteja representado nos debates que envolvem mais grupos...”

Não é apenas a recomendação de convidar, mas de comprometer, criar elos. Uma cartilha produzida pelo Coletivo Nacional de Gênero do Movimento dos trabalhadores Sem Terra, estabelece para as coordenadoras: “...fazer o convite a todas as mulheres. Ver formas criativas, como bilhete a cada uma, comunicar na Assembléia, ir de casa em casa etc... discutir um horário em que todas possam participar... preparar o encontro com antecedência, com beleza e simplicidade, como: flores, bandeiras, cartazes, frutos etc., para que o ambiente seja acolhedor.”

A ANMTR resume o sentido dessa preparação dizendo que:

“... se nossos encontros forem atraentes, com certeza as mulheres gostarão de voltar outras vezes, pois sentirão o gosto de fazer história sabendo que ‘cada um de nós constrói a sua história e cada ser em si, carrega o dom de ser capaz e ser feliz’...”

A construção de um elo de continuidade exprime um sentido de bem estar, de segurança, de se estar dentro e construindo algo que não é provisório. E, no momento da acolhida — o primeiro momento de um evento —, o sentimento é que faz o elo, através da realização da mística. A mística acontece num ritual cheio de dinâmicas, símbolos e moções.

Vejamos algumas sugestões de místicas extraídas da cartilha do Coletivo de Gênero do MST:

“Símbolos: ferramentas, material de estudo, bandeiras do Brasil e do MST, flores, produção de roupas de crianças panelas etc.
Fazer um círculo, colocar os símbolos no centro.
Vamos todas olhar nossas mãos, se juntar de 2 em 2 companheiras, procurar as marcas, as cicatrizes, os calos, as queimaduras que estão presentes em nossas mãos.”(p.12)

A cartilha também aponta os tópicos principais a serem levantados pela coordenadora, que deve encaminhar a reflexão do grupo para o que as mãos femininas realizam como: proteção dos filhos/as, preparo de comida, aconchego e carinho aos companheiros, pais, irmãos, filhos, e que tantas vezes já se machucaram, enfatizando que mãos unidas são solidárias.

Outra sugestão de mística: “Desenhar no centro do espaço, uma mulher grávida, com terra. Providenciar uma flor para cada companheira” (p.45). Para a reflexão sugerem que se resgatem os sentimentos da mulher durante a gravidez, a insegurança e a alegria, comparados com os sentimentos de se gestar uma nova sociedade. Tudo é como um parto e nascimento.

São muitas e diversas as místicas, porque são criações construídas dentro da dinâmica dos próprios acontecimentos. Criar uma mística dentro de um contexto também é uma habilidade que se desenvolve na experiência da militância. Articulando-se símbolos e significações, despertando emoções. Esses rituais de mística se fundamentam numa prática que incorpora uma vivência de espiritualidade difundida e praticada por grupos católicos ligados à Teologia da Libertação. É comum que sejam realizadas místicas em que se leva para casa símbolos, tais como folhas, gravetos, terra, flores, pétalas ou objetos construídos

pelo grupo, enfim: expressões concretas do vivido. Durante a mística são produzidas emoções, sentimentos, compreensões, comunhão, solidariedade, identificações.

Enquanto um aspecto constituinte do trabalho com mulheres, a mística ultrapassa as suas fronteiras, indo instalar-se no interior do movimento sindical. Essa experiência, transportada desse modo, extrapola o seu sentido religioso para ampliar-se e recriar-se com um sentido político. Que, sem dúvida, não se deve apenas ao movimento de mulheres — uma vez que os grupos e movimentos com conotação religiosa, como as comunidades de base e o MST, também são fortes na prática mística. A particularidade do movimento de mulheres rurais é que se faz veículo de transporte e instalação da mística, na política, no interior do movimento sindical rural. E, aos poucos, vamos observando a sua absorção por esse espaço, seja porque as lideranças (masculinas e femininas) tradicionais do MSTR vão participando e vivenciando essa mística, seja porque ela tem sido produzida e utilizada em muitos momentos de eventos gerais desse movimento.

A mística aparece como interface entre o mundo de uma cultura sindical e uma experiência feminina que se torna portadora de uma religiosidade fundada sobre uma concepção de espiritualidade “que coloca a vida no centro” e concebe a mística como uma experiência “mediante a qual se capta a totalidade das coisas, exatamente como uma totalidade orgânica, carregada de significação e de valor” (BOFF, 1996, p.40). Através da mística, os grupos sociais criam força para sonhar e resistir na busca da libertação. É sobre isso que nos fala Boff, ao referir-se a uma “mística do engajamento e da luta” (p.14).

As cotas – uma economia de lugares

A FETRAECE, aprovou cotas mínimas de participação para as mulheres de 30% em todas as instâncias de deliberação e direção da estrutura sindical no Estado, e 50% para os cursos de capacitação e formação, desde 1998, para a preparação do Congresso Estadual, realizado nos dias 13 a 15 de novembro de 1998, em Fortaleza. A discussão sobre a adoção de cota mínima para a participação das mulheres trabalhadoras rurais, nas instâncias de deliberação e direção do MSTR, se concretizou em 1991, no 5º Congresso Nacional da CONTAG. Esse Congresso aprovou, como indicativo para discussão, a cota mínima de 30% (trinta por cento) para as mulheres trabalhadoras rurais nas instâncias de deliberação. No 6º Congresso Nacional, realizado em 1995, foi aprovada essa mesma cota como indicativo, podendo ser adotada ou não, e foi criada a Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, com a liberação de sua Coordenadora para que esta pudesse realizar os trabalhos correspondentes à organização e lutas das mulheres rurais — inclusive com uma assessoria

específica. Essa liberação significa pagar um salário à Coordenadora de modo que ela fique disponível para realizar as funções necessárias e correspondentes ao seu cargo, como acontece com os outros cargos da direção de entidades sindicais.

Foi no 7º Congresso Nacional, em 1998, que foi aprovada a cota mínima de 30% de mulheres na Diretoria da CONTAG, passando o cargo de Coordenadora da CNMTR a compor a Diretoria Executiva da entidade. Essa deliberação foi estabelecida como meta a ser adotada em todas as Federações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

Se as cotas mínimas já são realidade nas instâncias centrais do sindicalismo rural, na Confederação e Federações, e em muitos Sindicatos, ainda é grande o número de STRs que não as incluíram em seus estatutos. É na base do sindicalismo, nos sindicatos municipais, que se verifica as maiores resistências à participação das mulheres no mundo da política sindical. Essa resistência, porém, se expressa também em muitos sindicatos que já adotam as cotas, mas que interpretam suas normas de aplicação de modo a calcular para baixo o número das mulheres. Esse tipo de resistência estimula uma contra-ação por parte dos dirigentes e das lideranças femininas para se empenharem em organizar e intervir, no sentido de garantir que trinta por cento seja uma referência de participação mínima — e, no caso de aplicação da regra em que o resultado seja um número fracionário, o arredondamento seja feito para cima.

Durante a segunda reunião do Coletivo Estadual de Mulheres para preparar a participação das mulheres no *III Congresso Estadual da FETRAECE*, a Coordenadora fez o seguinte discurso:

“... o espaço que ocupamos é fruto de uma luta de sofrimentos e lágrimas, de uma história de conquistas, por isso discutimos cota e participação... o Congresso vai ser um momento histórico de presença das mulheres. Em que momentos vamos estar juntas, unificadas, e quando não estaremos. Os grupos políticos da FETRAECE estão também no Coletivo, mas como poderemos nos juntar para avançar as cotas, a documentação, a saúde. Vai ter momentos que vamos nos encontrar como mulher em torno das mesmas questões...”

Nessa reunião, uma das recomendações definidas foi a de que as coordenadoras regionais deveriam mobilizar as mulheres para acompanhar a tirada dos delegados e delegadas ao Congresso, de modo a garantir a cota mínima de 30%, e não aceitar, quando dos cálculos, que o arredondamento fosse feito para baixo, favorecendo assim a uma maior representação feminina possível. As coordenadoras foram orientadas de modo prático a como aplicar a fórmula e que argumentos deveriam fundamentar para a afirmarem como legítima.

As cotas vêm se constituindo numa das estratégias mais adotadas pelo movimento feminista mundial no sentido de criar condições favoráveis à redução ou superação de desigualdades entre homens e mulheres em vários setores da sociedade. Esta estratégia de cotas mínimas para as mulheres nas instâncias políticas se desenvolveu a partir dos anos 70 em alguns países europeus, e foi se ampliando e ocupando espaço na agenda feminista a partir dos anos 90, segundo relata Araújo (1999, p.78). No Brasil, esta estratégia iniciou-se pelo movimento sindical, em alguns sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores - CUT, e partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores e Partido Democrático Trabalhista. Na opinião desta autora, as políticas de cotas “deram visibilidade às assimetrias de espaços políticos existentes entre homens e mulheres” (p.89).

No movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a adoção estatutária das cotas mínimas promove uma resposta direta quanto ao aumento da participação das mulheres, especialmente nas instâncias de deliberação — embora nos cargos de direção ainda não se verificasse alterações extensivas, permanecendo a maioria ocupados por homens. Nos níveis mais gerais, já se observa a presença de mulheres — como na diretoria eleita no *III Congresso Estadual da FETRAECE*, composta por nove diretores, dentre os quais três eram mulheres. No Congresso da CONTAG, realizado em março de 2001, a diretoria eleita é formada por nove cargos, sendo que quatro destes são ocupados por mulheres, incluindo a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Ruídos de emoções – subjetividade e cultura política

Cantar, movimentar o corpo, enfeitar o ambiente, fazer motivações e animações, alegrar, brincar, descontrair — tudo isso são elementos que compõem a militância ou as práticas dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais.

Tomando a programação do *I Encontro de Dirigentes e Diretoras Sindicais*, realizados no período de 13 a 15 de julho de 2000, como preparação para a participação das mulheres trabalhadoras rurais cearenses na *Marcha das Margaridas*, vemos como se articulam atividades ou momentos de descontração com o ritmo das discussões políticas. Na abertura, houve a apresentação de um grupo teatral feminista, “As Loucas da Pedra Lilás”; havia a realização de dinâmicas de animação no início de cada turno de trabalho; houve um jantar e uma noite cultural. Essas atividades constavam da programação oficial do encontro. Na prática, antes da apresentação do grupo teatral foram cantadas quatro músicas do repertório do movimento de mulheres, algumas com coreografias; além do mais, entre as discussões canta-se também para quebrar o ritmo pesado de seguidas exposições.

Alguns grupos de mulheres trouxeram produtos que fabricam para serem vendidos, como crochê, ponto de cruz, labirinto, bordados; nos intervalos de lanches e almoços, estes produtos eram expostos, estendendo-se sobre vestidos, toalhas de mesa e que, na noite cultural, também ficaram à mostra nas mesas.

Ainda nesse encontro, chamou a atenção a ornamentação do ambiente, que havia sido cuidadosamente preparado com cartazes da *Marcha das Margaridas*, da Campanha de Documentação e de outros eventos, além de fotos dos eventos de movimentos de mulheres e reportagens sobre mulheres em geral. Havia também frases e mensagens — e flores.

Na formatação de uma metodologia específica para trabalhar com mulheres rurais, desenvolvida entre as assessoras e as próprias mulheres, encontramos elementos que vão tecendo relacionamentos mútuos entre assessoras e trabalhadoras, entre assessoras e assessoras e entre trabalhadoras e trabalhadoras. Relacionamentos que se estabelecem não somente como um modo de fazer política, mas como uma nova sociabilidade.

A cartilha do ESPLAR, já referida, ao explicitar a sua proposta afirma ser uma proposta diferente, pelo fato de buscar ser “uma nova forma de comunicação entre mulheres que dê conta de mostrar sua face interior, suas relações consigo mesmas, e com o mundo” (p.7). Aponta, ainda, vários princípios para orientar para orientar a relação que as dirigentes e coordenadoras devem manter com os grupos, manifestados por meio de expressões como: “saber ouvir as mulheres... não ignorar seus sentimentos... considerar a dureza da vida das mulheres... ser paciente e tolerante... procurar captar e entender ... o apoio emocional entre mulheres que fazem parte de um grupo é fundamental”. Tais princípios são os marcos dentro dos quais vão se desenvolvendo atividades e fazeres de uma experiência política singular, ornada por atributos de gênero.

As mulheres trabalhadoras rurais intercalam, na sua militância, formas de agir recuperadas de uma experiência feminina que é marcadamente definida pelo desenvolvimento de atitudes como a compreensão, cuidado e inclusão de outros, emocionalidade e afetividade. Assim, as mulheres ao adentrarem o território do movimento sindical, além de suas reivindicações específicas, também levantam outras reivindicações referentes aos jovens, aos idosos e a comunidade. Em alguns trechos das teses que o Coletivo Estadual de Mulheres apresentou ao *III Congresso Estadual da FETRAECE*, encontramos exemplos. No item de Formação Profissional e Mercado de Trabalho consta que “...a reconversão produtiva tem representado impactos significativos sobre a vida dos homens e das mulheres na área rural em todos os sentidos, principalmente às mulheres e aos

juvens” — e propõem que sejam elaboradas propostas que garantam “a inclusão dos jovens rurais nos programas de crédito agrícola” (p.49).

Assim, um conjunto de temas relacionados a aspectos da subjetividade e da vida familiar, do mundo da intimidade individual ultrapassa os limites das demarcações sobre o que é do mundo público e do mundo privado, e vão se transformando em questões políticas e de política social, pela atuação das mulheres trabalhadoras rurais. Essa recondução da vida cotidiana pelas mulheres ao mundo político parece constituir-se numa disseminação do que o novo feminismo, surgido nos anos sessenta, assentou como uma de suas marcas: o pessoal é político. As mulheres trabalhadoras rurais, com sua militância, imprimem e radicalizam o caráter político do mundo pessoal, por entre diversas dimensões que abrangem o movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil.

A recuperação e o exame desses modos de proceder das mulheres trabalhadoras rurais, no âmbito do movimento sindical rural, constituem questões que conduzem à uma reflexão sobre as relações entre cidadania e subjetividade. Estabelece disposições de uma via dupla de reflexão, para permitir o entendimento das formas de trânsito das mulheres trabalhadoras rurais no campo da política sindical — de um lado, entrelaçando elementos da subjetividade como emoção, afetividade, animação, prazer, alegria, religiosidade, cuidado, no sentido de tornar a política prazerosa, leve e estimuladora; e, do outro, institui a construção de uma cidadania que se estende para o coletivo e para outros grupos, como os jovens e também os idosos.

Uma via dupla — a política como lugar de alegria e prazer, e a cidadania articulada a outros —, pode ser interpelada por algumas das idéias desenvolvidas por Santos (1995), num texto intitulado “Subjetividade, Cidadania, e Emancipação”. Elaborando uma análise sobre as relações entre subjetividade, cidadania e emancipação no paradigma social da modernidade, esse autor afirma que a impossibilidade de uma síntese entre essas três categorias resultou em excessos de regulação e déficits de emancipação de modo a corresponder às necessidades da contemporaneidade.

As mulheres rurais incluem-se na política com recortes marcados por elementos da subjetividade e do cotidiano, introduzindo temas que instigam a curiosidade para perguntas sobre o significado que isto representa para a política. A questão é se assim reinventam a política, modificam-na com jeitos variados decorrentes de buscas de relações e experiências para a vivência de uma nova sociabilidade feminina

Referências bibliográficas

ARAUJO, Clara M. O. As Cotas para Mulheres e as Eleições de 1996 e 1998 - Analisando Resultados e Perspectivas. Teoria & Sociedade (UFMG), n. 4, 1999.

BOFF, Leonardo. **Ecologia Mundialização Espiritualidade**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

SANTOS, Boaventura Souza. “Subjetividade, Cidadania e Emancipação”. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**. nº 32, junho de 1991.

Relatório da reunião da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG - CNMTR, Brasília, agosto de 19967.

Relatório do I Encontro Nacional da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, outubro de 1995.

Relatório da Reunião da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG - CNMTR, Brasília, agosto de 19967.

Mulher Sem Terra. Coletivo Nacional de Gênero do MST. São Paulo: GH Gráfica, fevereiro de 2000.